



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agecom
Agência de
Comunicação
da UFSC

30 de junho de 2022

Notícias do Dia

Estado

“Alesc vai avaliar pedido de CPI para investigar aborto”

Alesc vai avaliar pedido de CPI para investigar aborto / Comissão Parlamentar de Inquérito / Estupro / Assembleia Legislativa de Santa Catarina / Ministério Público Federal / Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago



Presidente da Alesc, deputado Moacir Sopelsa, leu o requerimento durante sessão

Alesc vai avaliar pedido de CPI para *investigar aborto*

Deputados querem apurar se procedimento realizado em menina de 11 anos de Tijucas foi legal e se a conduta médica foi legítima; *Procuradoria Jurídica dará o parecer sobre o pedido*

Um grupo de 21 parlamentares assinou requerimento para a instalação de uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) para investigar o aborto ao qual uma menina de 11 anos, vítima de estupro, foi submetida, na semana passada, em Florianópolis. A solicitação foi lida na sessão de terça-feira pelo presidente da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), deputado Moacir Sopelsa (MDB). A autora do pedido é a deputada Ana Campagnolo (PL).

Conforme Sopelsa, o pedido será encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica da Alesc. “Com base na manifestação da procuradoria, a presidência da Assembleia decidirá se aceita ou não o requerimento para a instalação da CPI”, informou.

No documento para a CPI, os parlamentares escrevem que as situações que envolvem o caso “merecem ser melhor esclarecidas, dentre elas, além da riqueza de informações trazidas na reportagem de um processo judicial que tramita em segredo de justiça; se o aborto foi realizado legalmente ou se houve cometimento de crime, se a conduta médica praticada foi tecnicamente correta e legítima; se o procedimento foi realizado ilegalmente sob a falsa comunicação de crime, dentre outros.”

Casos permitidos

O caso veio a público por meio de reportagem veiculada no dia 20 passado pelo The Intercept Brasil e o Portal Catarinas. Uma menina de 11 anos, moradora de Tijucas, engravidou após ter sido estuprada. O Hospital Universitário se recusou a realizar o aborto, que é permitido por lei em três situações: estupro, quando a gravidez impõe risco de vida para a mãe e quando o feto é anencéfalo. A Justiça de Tijucas não autorizou a interrupção da gravidez e encaminhou a menina para um abrigo. Após a divulgação do caso, o Ministério Público Federal recomendou a realização do procedimento, o que ocorreu na semana passada.

Quem assinou a solicitação

O regimento interno da Alesc indica que são necessárias 14 assinaturas para a apresentação do pedido de instalação de uma CPI. Vinte e um deputados assinaram: Ricardo Alba (União); João Amin (PP); Jessé Lopes (PL); Ivan Naatz (PL); Sergio Motta (Republicanos); Marcius Machado (PL); Sargento Lima (PL); Ismael dos Santos (PSD); Coronel Mocellin (Republicanos); Kennedy Nunes (PTB); Jair Miotto (União); Nilso Berlanda (PL); Bruno Souza (Novo); Osmar Vicentini (União); Maurício Eskudark (PL); Fernando Krelling (MDB); Luiz Fernando Vampiro (MDB); Romildo Tilton (MDB); Mauro de Nadal (MDB); Jerry Comper (MDB) e Ana Campagnolo (PL).

Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“Revisão do Plano Diretor passa por 4 pilares: veja o passo a passo”

Revisão do Plano Diretor passa por 4 pilares: veja o passo a passo / Estatuto da Cidade / Professor de Direito Urbanístico / Pedro Niebuhr / Soraya Nór / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

Capa

O que está em jogo na região Norte

Segundo caderno do Relatório ND: Plano Diretor traz um raio-X das discussões do Norte da Ilha.

CADERNO ESPECIAL



Capa Caderno Especial





Revisão do Plano Diretor passa por 4 pilares: *veja o passo a passo*

O caminho da discussão sobre o documento que prevê as regras que ditam a ocupação territorial da cidade

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Helofsa Marques

Equipe de dados

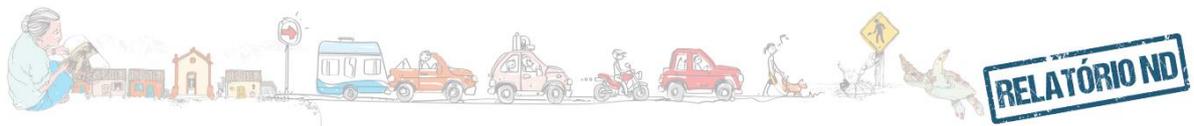
Lorenzo Dornelles e Vanessa da Rocha

O caminho da lei que cria ou altera o Plano Diretor é, resumidamente assim: a prefeitura elabora um documento prévio e submete à participação popular por meio de debates, audiências e consultas públicas. O Conselho da Cidade (com representantes das regiões, do poder público e prefeito) é ouvido e a prefeitura formata um documento final, enviado à Câmara. Lá, a proposta é discutida e pode ser alterada pelos vereadores. Depois, o Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara como lei complementar.

O plano pode ser rediscutido sempre que necessário ou conveniente, mas, para alterá-lo, é necessária a aprovação de outra lei complementar. No caso atual, a Prefeitura de Florianópolis justifica a reestruturação do Plano Diretor alegando que a lei em vigor “vem demonstrando suas fragilidades, por apresentar erros e incongruências que dificultam sua aplicação e geram insegurança para os moradores e empreendedores”. Alega ainda que “essas inconsistências dificultam e atrapalham o serviço público, tornando-o lento e custoso”. “O Plano Diretor de Florianópolis foi aprovado em 2014. A lei foi discutida judicialmente e, por alguns anos, sequer se sabia ao certo quais artigos eram válidos. Isso, sozinho, já foi um fator bastante relevante de insegurança jurídica,

porque não fornecia um cenário estável para as aprovações de novos empreendimentos.” explica o professor de direito urbanístico da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Pedro Niebuhr.

Não cabe apenas à prefeitura e à Câmara de Vereadores discutir e tomar decisões sobre as novas normas. É direito de toda população participar desse processo por meio de audiências públicas realizadas em diferentes regiões da cidade. Esta é uma norma exigida pelo Estatuto da Cidade. Por isso, o Plano Diretor possui audiências públicas, abertas para a comunidade, e que precisam acontecer nos diferentes pontos da cidade. Estes são os momentos em que a população pode entender melhor qual será o planejamento futuro para cada região e dar sua opinião e contribuição para a construção das novas normas.



DINALCA/AGN

“**O Plano Diretor de Florianópolis foi aprovado em 2014. A lei foi discutida judicialmente e, por alguns anos, sequer se sabia ao certo quais artigos eram válidos. Isso, sozinho, já foi um fator bastante relevante de insegurança jurídica, porque não fornecia um cenário estável para as aprovações de novos empreendimentos.**”

Pedro Niebuhr,
professor de direito
urbanístico da UFSC

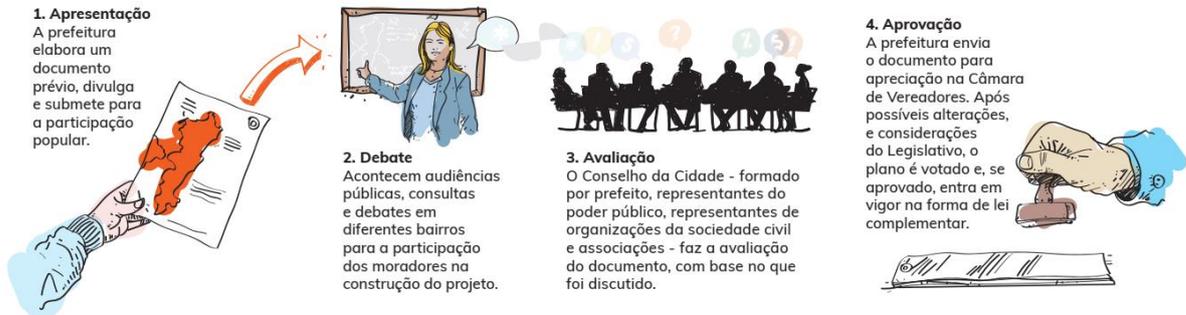
Quem constrói o Plano Diretor

“Por muito tempo os planos diretores eram elaborados apenas por técnicos, em gabinete. Mesmo que bem-intencionados, muitas vezes os diagnósticos e as soluções pensadas pelos especialistas eram distantes e não atendiam às demandas e expectativas da população. Isso quando a população chegava a conhecer essas proposições. Os mecanismos de participação popular, especialmente as audiências públicas, são uma tentativa de superar esses problemas.” conta o professor Pedro Niebuhr.

Possuir um Plano Diretor não é exclusividade de Florianópolis. Todas as cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes têm, obrigatoriamente, que discutir e aprovar um Plano Diretor que norteie e organize as ações de estrutura, construção e preservação da cidade. Isso porque o Plano Diretor é parte de uma lei federal, conhecida como Estatuto da Cidade, que possui normas para o planejamento e administração das cidades de todo Brasil.

“Com o surgimento do Estatuto da Cidade, a construção de planos diretores participativos, a sociedade não só pode começar a construir o próprio diretor, como todo o espaço da cidade passou a ser considerado, não só a parte legalizada. Essa ‘novidade’, de reconhecer as áreas de ocupação irregular no Plano Diretor é muito importante porque coloca luz aos problemas sociais relacionados ao espaço da cidade e abre a possibilidade de pensar em soluções para que essas pessoas também tenham acesso aos benefícios da cidade, às infraestruturas disponíveis”, esclarece a professora Soraya Nórr.

Como funcionam as mudanças no Plano Diretor



Porque é importante acompanhar

A qualidade de vida das pessoas está diretamente ligada em como elas conseguem viver na cidade e ter pleno acesso a serviços, como saúde, educação, mercados, farmácias, áreas de lazer. E, se não houver a disponibilidade de acesso próximo, saber quais são as possibilidades de locomoção.

Sempre que entra em pauta uma possível alteração no Plano Diretor surgem conflitos de interesses. Isso acontece porque as mudanças podem afetar significativamente diferentes setores da sociedade. São comerciantes que podem ter seus negócios afetados, positivamente ou não, com uma

mudança na circulação de pessoas, moradores, que poderão observar e conviver com uma nova dinâmica em seus bairros, empresários do ramo imobiliário que precisam ter conhecimento das normas para planejar novos investimentos e, por fim, a prefeitura, que irá planejar os investimentos

para a cidade a partir das demandas que surgirem com as regras atualizadas. “Por ser um instrumento decisivo, vão surgir impasses. Por exemplo, vão ter pessoas que querem uma cidade mais movimentada, ou com mais prédios, vai ter gente que vai querer uma cidade com mais casas, mais

cuidado às paisagens e preservação do meio ambiente, e por aí vai. E daí a importância de espaços em que essas diferentes vozes possam ser ouvidas, que os debates aconteçam e que surjam soluções que possam tentar propor um consenso em meio a tudo isso”, explica a professora Soraya Nórr.

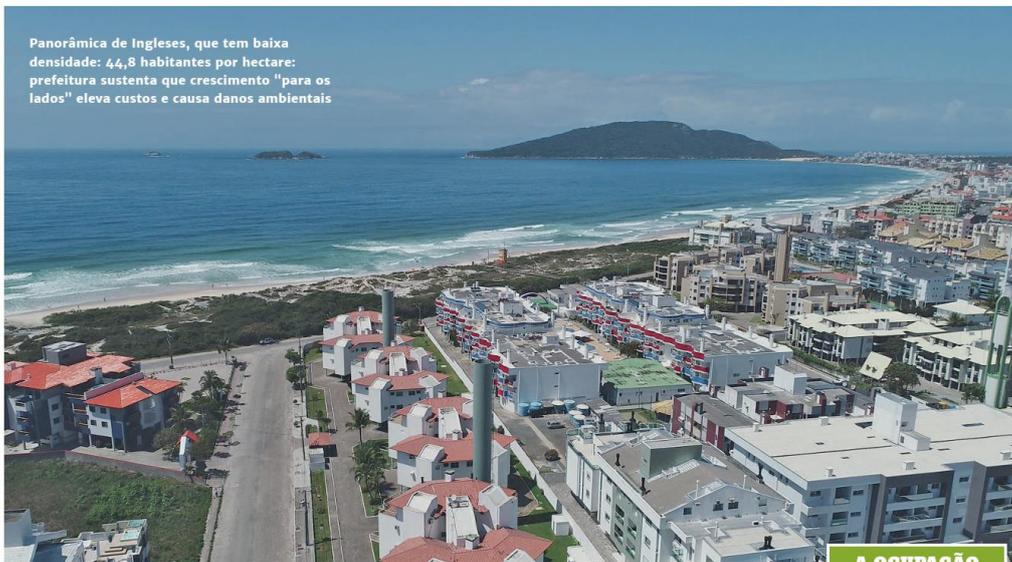
Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“Mancha” populacional dobra em duas décadas”

“Mancha” populacional dobra em duas décadas / Plano Diretor / Professora /
Margareth de Castro Pimenta / Arquitetura e Urbanismo / UFSC / Universidade
Federal de Santa Catarina

ND 6 e 7 quinta-feira, 30 de junho de 2022



“Mancha” populacional dobra em duas décadas

A OCUPAÇÃO
NO NORTE DA
ILHA DE SC



1981



2000



2019

Crescimento foi de forma desordenada e levou a problemas estruturais; **receio é que quadro fique ainda pior com o adensamento** que está sendo proposto na revisão do Plano Diretor

CONTRAPONOTOS

Durante a produção das matérias do 'Relatório ND: Plano Diretor', a reportagem buscou fontes junto à Prefeitura de Florianópolis para esclarecer os assuntos debatidos de acordo com a visão do poder municipal. Os contatos foram direcionados e centralizados, por parte da prefeitura, no secretário municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano, Michel Mittmann, que está presente em diversos conteúdos ao longo do caderno.

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto
Lorenzo Dornelles
Equipe de dados
Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

Destino de muitos turistas e de cada vez mais moradores fixos em Florianópolis, a região Norte da Ilha de Santa Catarina tem pendências a serem resolvidas antes do aumento populacional previsto para os próximos anos.

De acordo com projeções da prefeitura em meio à revisão do Plano Diretor, a população da Capital deve seguir um caminho de crescimento de 100 mil pessoas a cada década. No Norte, o aumento no número de habitantes dos bairros vem ocorrendo há algum tempo.

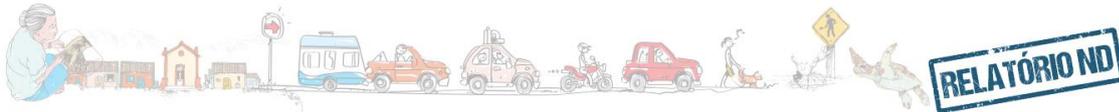
A soma da população dos seis distritos da região em 2000 era de 55.101 moradores. Em 2022, esse número pula para 112.285 pessoas. Ou seja, em duas décadas a quantidade de pessoas vivendo no Norte da

Ilha mais do que dobrou: 103,78%. Moradores e líderes comunitários dos bairros da região destacam que esse crescimento ocorreu de forma pouco ordenada, resultando em diversos problemas estruturais, como instabilidade na rede de energia elétrica e falta de abastecimento de água, além de baixa cobertura de rede de esgoto e, é claro, muitos transtornos de mobilidade.

Com as previsões indicam ainda mais pessoas se instalando nos bairros da região nos próximos anos, além da expressiva procura pelos turistas, o desafio está em resolver as questões que já existem e estabelecer um adensamento populacional de forma consciente - que não signifique mais problemas estruturais e ambientais.

“Não existe uma densidade ideal para as cidades. Funciona como um sistema: é preciso olhar ao mesmo tempo a infraestrutura, o tecido urbano, as questões ambientais e também a paisagem”, destaca o doutor em arquitetura e urbanismo pela Politécnica da Catalunha (Espanha), Gustavo Andrade.

Fonte: Ipuaf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis)



Ideia de verticalização é contraponto à atual expansão “para os lados”

Uma das principais propostas da revisão do Plano Diretor é a verticalização/adensamento populacional em Florianópolis. A minuta da prefeitura parte do princípio de que a cidade não suporta mais o modelo atual de crescimento “para os lados”, pois eleva custos e causa danos ambientais. “Se não corrigir vai ser trágico para nossos filhos e netos”, alerta o secretário municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano, Michel Mittmann.

O bairro dos Ingleses, o maior do Norte da Ilha de SC, é um exemplo utilizado pela prefeitura para ilustrar o desequilíbrio e os altos custos da baixa densidade: a estatística oficial aponta para 44,8 habitantes por hectare.

O município compara o índice com setores de cidades como Barcelona (Espanha), Nova York (EUA) e Buenos Aires (Argentina), em que esse número varia entre 320 a 360 habitantes por hectare. No Brasil, o setor estrutural de Curitiba apresenta um índice ainda maior: 600 habitantes por hectare.

O arquiteto Gustavo Andrade concorda que existem benefícios em adensar a população, estratégia que tende a reduzir custos de serviços urbanos e favorecer o transporte coletivo, por exemplo. Ele ressalta, no entanto, que a Capital catarinense possui particularidades que merecem atenção: “Não é o mesmo falar de densidade em Florianópolis do que em Barcelona ou Nova York, que possuem metrô, vias largas e quarteirões regulares”.

Segundo o profissional, ter alta densidade sem infraestrutura é “um grande problema”, pois os transtornos podem se agravar e provocar um caso de congestão urbana.

“A infraestrutura e as conexões viárias devem sempre vir antes de qualquer adensamento, este é o papel do planejamento. É muito mais caro e difícil ter que desapropriar e demolir um tecido urbano já adensado”, destaca Gustavo Andrade.

Para a professora de Arquitetura e Urbanismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Margareth de Castro Pimenta, “o discurso das cidades europeias não corresponde minimamente com o plano”.

“As cidades europeias foram desenhadas historicamente e, a partir daí, os gabaritos foram rigidamente respeitados. O Plano Diretor proposto aqui vai criar, ao contrário da Europa, gabaritos díspares pelos incentivos de crescimento em altura, sem regulamentação clara, sem estabelecimento claro de limites construtivos”.

Ela reforça que a ideia de policentrismo não é criada “somente por decisão”, já que necessitam de estímulos e investimentos em serviços e comércios.

“Na Europa, os governos investiram, criando estabelecimentos escolares e de saúde, conectados a sistemas de metrô”, reforça.

ALTA E BAIXA DENSIDADE

A Prefeitura de Florianópolis alega que o crescimento da cidade ocorre por um modelo equivocado de ordenamento territorial, de baixo adensamento. Quanto maior a densidade, segundo o Executivo, menor é o custo de implantação de infraestrutura por domicílio. Confira no mapa acima a densidade em toda a Capital.

- Áreas urbanizadas
- Terrestres
- Manguezal
- Massas d'água



TERRITÓRIO X POPULAÇÃO
675,4 km²
 área da cidade
500.973
 habitantes é a população da cidade, segundo o censo IBGE 2019
49,85
 habitantes por hectare é a densidade urbana bruta de Florianópolis

COMPARE COM OUTRAS CIDADES

Ao defender o adensamento, o IpuF cita o exemplo de outras cidades que têm regiões com índices bem altos de concentração urbana. De acordo com o órgão municipal, os cases não devem ser copiados, e sim servir de inspiração. Confira abaixo.

Barcelona (Eixample)	360 hab/ha
Manhattan (East Village)	320 hab/ha
Buenos Aires (Recoleta)	350 hab/ha
Curitiba (Setor Estrutural)	600 hab/ha

Modelos de outras cidades devem servir de inspiração

“Temos que buscar um equilíbrio”, argumenta secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano. Em defesa dos exemplos indicados pelo município, Michel Mittmann afirma que os exemplos de cidades não são modelos a serem “copiados” por Florianópolis.

“Só demonstram de forma inequívoca que é necessário reequilibrar as densidades em alguns pontos do território para que consigamos efetivamente buscar a implantação das infraestruturas necessárias com o adequado investimento por cidadão e que consigamos atender às demandas”, pontua.

De acordo com Mittmann, o município aposta em incentivar a criação das infraestruturas com critérios e aliado com centralidades e necessidades adequadas a cada região.

O secretário defende que as alterações no Plano Diretor são fundamentais para a cidade, com base em estudos do ICES (Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis).

“Atualmente, temos locais com densidade menor de 20 hab/ha (habitantes por hectare). Os estudos indicam um cenário tendencial alarmante e que devemos buscar ao menos 69 hab/ha ou até 74 hab/ha para a região metropolitana”, afirma.

Mittmann destaca a necessidade de uma mudança no Plano Diretor nessa questão. “É de difícil defesa um modelo de cidade se espalhando pelo território, sem infraestrutura, sem usos adequados, sem conectividade, que aumenta o preço da terra e expulsa moradores de baixa renda e avançando sobre áreas ambientalmente sensíveis”.

Ele reforça que o Plano Diretor atual não é adequado do ponto de vista de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Ao aprofundar as ações de investimento e incentivos para um ordenamento estrutural, a proposta prioriza a busca por equilíbrio: “O que a gente deseja é um adensamento equilibrado de acordo com o tipo do bairro, e isso naturalmente traduz-se também em infraestruturas”.

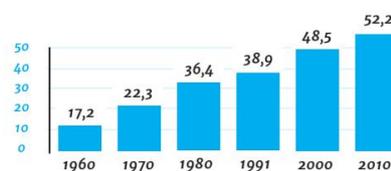
“A partir do momento que a gente permite uma regularidade, gera controle de outorgas, que os incentivos para permitir o eventual adensamento sejam também vinculados à implementação de infraestrutura, se cria um ciclo virtuoso de correção da situação”, explica Mittmann.

ADENSAMENTO POPULACIONAL

■ Na revisão do Plano Diretor, a prefeitura destaca a necessidade de concentrar pessoas e edificações, com o objetivo de oferecer mais facilidades, baixar custos e preservar o meio ambiente.

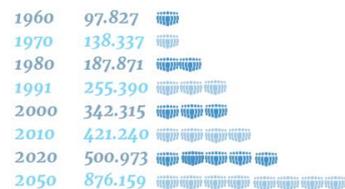
CRESCIMENTO DE NÃO NATIVOS

Distribuição dos habitantes por origem
% de pessoas não nascidas na cidade



Fonte: IBGE

AUMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE FLORIANÓPOLIS



Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“Incentivo ao uso misto: entenda o que é a estratégia para aumentar a densidade e criar multacentralidades”

Incentivo ao uso misto: entenda o que é a estratégia para aumentar a densidade e criar multacentralidades / Plano Diretor / Mestre em Urbanismo / Igor Lombardi / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

ND 8 e 9 quinta-feira, 30 de junho de 2022



Um dos “pilares” da proposta da prefeitura para a revisão do Plano Diretor é fazer com que os bairros, como Canasvieiras (foto), sejam mais eficientes e sustentáveis, com zonas de uso comercial e residencial

Incentivo ao uso misto: entenda o que é a estratégia para aumentar a densidade e criar multacentralidades

Pilares da revisão do Plano Diretor apontam para a promoção de bairros “eficientes, inteligentes e sustentáveis”. Mas como fazer isso acontecer?

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto
Lorenzo Dornelles
Equipe de dados
Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

Na proposta de revisão do Plano Diretor, a Prefeitura de Florianópolis lista 10 pontos denominados como “pilares”. São assuntos diagnosticados e elencados como os principais focos da necessidade de alterações nas diretrizes da Capital.

Um dos pontos desta lista visa “promover bairros e cidade mais eficientes, inteligentes e sustentáveis”. Dentro deste pilar, uma das principais ações é “estimular as edificações de uso misto, para qualificação da vida urbana com aumento da vitalidade e distribuição dos empregos e da policentralidade através de bairros completos”.

O QUE É USO MISTO?

As zonas de uso misto caracterizam-se pela utilização de diversos tipos de serviço em uma edificação residencial. O térreo do prédio pode ser preenchido por diferentes estabelecimentos comerciais ou ofertas de serviços. Os incentivos são formas de motivar proprietários a oferecer este tipo de espaço recebendo em troca permissões para maior porcentagem de taxa de ocupação e aumento de gabarito para o prédio. Além disso, a lei fomenta a utilização de área aberta de uso público, ampliando a oferta de espaço e atividades para o pedestre, sem a presença de muros e barreiras físicas

que dificultem a apropriação do espaço. Arborização e equipamentos para uso e permanência, como mesas, cadeiras, bancos e paraciclos também são incentivados.

De acordo com a análise da prefeitura, esta diretriz proporciona impactos diretos em áreas como desenvolvimento econômico e diversificação de usos.

Inserido no contexto das centralidades e do aumento da densidade populacional, o incentivo ao uso misto é uma aposta para tornar os bairros mais sustentáveis, reduzir deslocamentos e desafogar o trânsito caótico na cidade.



Mas como isso acontece e quais são esses incentivos?

O incentivo ao uso misto em edificações já é previsto no Plano Diretor vigente, de 2014, mas foi regulamentado recentemente, nos decretos municipais 20.494, de 2019 e posteriormente no 23.158, de 2021. Por isso, é possível observar atualmente diversas construções nos moldes considerados “ideais” na Capital.

“O incentivo do uso misto já existe na cidade, tanto que ele está sendo aplicado em vários lugares. Está se propondo trabalhar com esse tipo de estratégia para essa questão da centralidade, dos distritos e etc”, explica Cibele Assmann de Lorenzi, diretora de Planejamento Urbano do Ipuf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Basicamente, o incentivo trata-se de uma permissão para que o proprietário aumente a altura do prédio e aumente a porcentagem de taxa de ocupação caso forneça áreas comerciais no térreo, assim como uma área de fachada “ativa”, ou seja, uma área aberta, com livre circulação e interação de pessoas, ao invés de um muro ou grade.

“E o que isso gera? Gera esses usos mistos nas edificações que são interessantes, porque aí a gente tem no andar de cima habitação e no andar de baixo uma área comercial, serviços, isso gera vida na rua ao invés de ter uma fachada toda de cercas, onde ninguém interage com nada. Mas isso já existe, não é proposto, já está posto”, esclarece Cibele Assmann.

O papel da revisão do Plano Diretor e as mudanças que são necessárias na lei

Visto que a legislação do incentivo ao uso misto, que era prevista no Plano Diretor de 2014, finalmente foi regulamentada e já é posta em prática em Florianópolis, quais alterações seriam necessárias e por que o assunto é de tanto interesse na atual revisão do Plano Diretor?

Segundo a própria diretora do Ipuf, a ideia é ampliar a legislação e utilizar a estratégia de incentivos para ainda mais áreas. “É uma estratégia que está sendo utilizada e que a gente viu que deu certo para um tipo de tema e que a gente tá querendo ampliar. Exatamente como a gente viu que isso funcionou bem e está fazendo transformação em algumas áreas da cidade, a ideia é utilizar a mesma estratégia de incentivos para atender outras questões importantes que deveriam ser atendidas e que não estão acontecendo naturalmente”, diz Assmann.

Os outros pontos mencionados pela arquiteta, no entanto, “ainda não estão definidos”. A intenção do poder público é discutir os pontos diagnosticados para cada distrito nas audiências com a população para, no futuro,

estabelecer incentivos próprios.

Para o mestre em urbanismo pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Igor Lombardi, a regulamentação de mais leis que indiquem com clareza os incentivos deve ser o norte da revisão das diretrizes.

“Eu vejo que o Plano Diretor [de 2014] identifica diversas vezes ao longo do seu texto o fomento à policentralidade, mas em termos de políticas ele ainda é ineficaz, é escasso em termos de aplicabilidade, porque não mostra, não direciona a sociedade em como estruturar essas centralidades”.

De acordo com o urbanista, o debate amplo com a sociedade é necessário e é um primeiro passo para identificar os gargalos específicos de cada local, considerando as particularidades dos bairros de Florianópolis.

“Também identificar e fomentar paralelamente, a partir de uma análise dos lugares que já têm essa tendência de se consolidar áreas de uso misto, o transporte público ou mesmo a caminhabilidade, que é algo muito importante, com a construção e ampliação de calçadas, criação de áreas de lazer e também de ciclovias nessas regiões”, reforça Igor.

Os pontos que devem ser priorizados na mudança

Cibele Assmann, diretora de Planejamento Urbano do Ipuf, cita ainda outras formas que podem ser consideradas para o incentivo de uso misto.

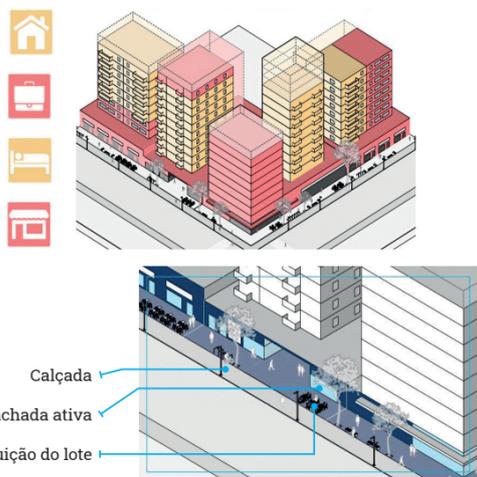
“Este incentivo está acontecendo mais nesse sentido que é o uso comercial embaixo e o residencial em cima. Mas ele está previsto também para acontecer o contrário. Por exemplo, em regiões como o Centro da cidade, onde falta moradia e os prédios são mais comerciais, ele poderia ser misturado também”.

Na visão de Igor Lombardi, há uma série de considerações que devem ser levadas em conta na revisão do Plano. “Para se ter o uso misto e essas múltiplas centralidades que é uma das premissas, eu vejo que várias medidas têm que estar em conjunto”.

“Se querem fomentar novas áreas centrais, é necessário que várias frentes sejam tomadas nessa estruturação.

Dentro de estudos urbanos é possível mapear onde seriam essas vias estruturantes. Além do comércio e de serviços, essas vias também têm que ser dotadas de transporte público, com a facilidade de acesso, por exemplo, corredores de ônibus, porque as pessoas, as centralidades elas se consolidam em áreas de fácil acesso, em áreas de passagem, não somente para o automóvel, mas principalmente através do transporte público”.

Outro ponto considerado crucial pelo urbanista é a consolidação de uma centralidade, como por exemplo com a oferta de equipamentos culturais e de lazer. “As pessoas têm que ter interesse em chegar a essas regiões”, enfatiza o urbanista.



“A policentralidade é fundamental porque você desafoga o centro principal e faz com que as pessoas consigam fazer as suas coisas próximas de onde vivem, sem tomar longos tempos de deslocamento em direção ao centro da cidade. Isso é um instrumento muito importante”.

Igor Lombardi,
urbanista

Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“‘Cidade de 15 minutos’ é solução para problemas de mobilidade?”

‘Cidade de 15 minutos’ é solução para problemas de mobilidade? / Plano Diretor

/ Professor / Elson Manoel Pereira / Departamento de Geociências / UFSC /

Universidade Federal de Santa Catarina

ND

10 e 11

quinta-feira, 30 de junho de 2022



Resolver as atividades cotidianas sem passar horas no trânsito é sonho de consumo de quem mora nos centros urbanos; idealizadores do “novo” Plano Diretor propõem bairros autossuficientes para melhorar a mobilidade

‘Cidade de 15 minutos’ é solução para problemas de mobilidade?

Revisão do Plano Diretor *sugere desenvolvimento em diferentes centros da cidade* para promover autossuficiência nos bairros; professor aponta desafios do conceito

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Lorenzo Dornelles

Equipe de dados

Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

Ir para o trabalho, estudar, fazer as compras, ter o momento de lazer e realizar qualquer outra atividade do dia a dia sem precisar passar horas no trânsito é o sonho de qualquer morador, ainda mais para quem habita o Norte da Ilha de Florianópolis.

A movimentação diária entre o Centro e bairros importantes como Canasvieiras e Ingleses, por exemplo, pode ser um verdadeiro martírio. Vira e mexe, moradores e turistas ficam reféns de longas filas e engarrafamentos na SC-401, SC-403 e até mesmo nas vias internas dos bairros.

Na proposta de revisão do Plano Diretor, a Prefeitura de Florianópolis defende que o adensamento populacional e a verticalização podem ser meios efetivos para ajudar a reduzir o intenso volume de veículos que

transitam por longos trajetos na cidade.

A ideia passa por fomentar as multicentralidades, para que as regiões da cidade fiquem mais próximas de um conceito como “a cidade de 15 minutos”, ou seja, um desenvolvimento de comunidades autossuficientes onde todas as atividades podem ser realizadas em uma curta distância, sem a necessidade de grandes deslocamentos.

Neste contexto, o Norte da Ilha é um ponto fundamental. O secretário municipal de Mobilidade e Planejamento Urbano, Michel Mittmann, aponta que um dos objetivos do adensamento é fazer com que os moradores tenham facilidades nos arredores do bairro, desafogando o trânsito com a diminuição do uso de carros.

“A partir do momento que a gente passa a ter bairros mais autônomos, que a gente tem um pouco mais de usos diversificados com mais densidade nos corredores ou eixos onde passa o transporte coletivo, a gente agrega mais eficiência e facilitação”, afirma.

Segundo o secretário, a distribuição atual de Florianópolis obriga muitos moradores a utilizarem seus veículos para realizar qualquer atividade.

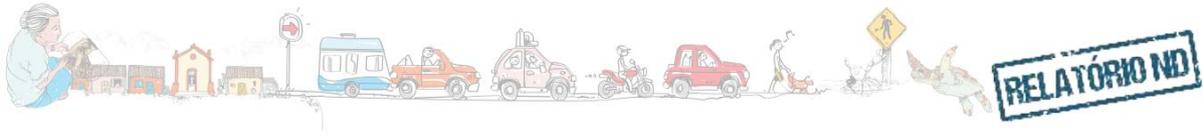
“Hoje, os nossos bairros não têm uso suficiente, e as pessoas têm que acabar utilizando automóvel ou outro veículo para fazer compras cotidianas, por exemplo”, diz Mittmann.

Ele reforça, no entanto, que o adensamento populacional “só virá com incentivos”. E é nesse caminho que a prefeitura pretende utilizar os espaços para aplicar novas políticas de mobilidade.

A intenção é colocar dentro do Plano Diretor os critérios e objetivos que permitam implementar a infraestrutura ao longo do tempo, de acordo com o crescimento dos bairros e das vias, esclarece Michel Mittmann.

Além dessas medidas, outras providências elaboradas visam criar condições para uma mobilidade sustentável. Entre estas ações, a proposta cita gerar espaço para a implantação de infraestruturas para o transporte ativo como calçadas, ciclovias e paraciclos.

Outra providência, segundo a prefeitura, é a menor exigência por vagas de estacionamento em edificações e áreas específicas da cidade.



Professor contesta revisão: “falácia”

O professor do Núcleo de Geociências da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e doutor em Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Elson Manoel Pereira, não concorda com os planos apresentados pela prefeitura.

Ele afirma que “há uma falácia” na proposta de alteração do Plano Diretor, ao destacar que o aumento de densidade e o uso misto nos bairros – ou seja, áreas de ocupação com funções de moradia, trabalho e recreação – não resolvem os problemas de deslocamentos.

Elson argumenta que os lugares onde as pessoas trabalham, moram ou estudam não dependem apenas de escolhas individuais. Segundo ele, existem diversos fatores, “principalmente econô-

micos”, que influenciam nesse cenário.

O professor ressalta que a Capital catarinense é uma cidade com dificuldades mais complexas, que não seriam resolvidas com o adensamento, que segundo ele pode até provocar problemas maiores.

“É verdade que as cidades que estão num nível mais desenvolvido de urbanismo têm procurado cada vez mais adensar seus territórios, mas são cidades sem vazios urbanos. Florianópolis é multicêntrica com grandes áreas vazias. Adensar o Sul e o Norte vai levar a mais circulação entre essas áreas e o Centro”, raciocina, ao considerar que nem todo morador conseguiria de fato manter suas atividades no bairro onde mora.

Mas qual seria a solução?

De acordo com Elson Pereira, a organização estrutural deve vir antes de se planejar qualquer aumento populacional.

Dessa forma, sugere que os planos de mobilidade urbana precisam ser pensados a partir da ideia do DOT (Desenvolvimento Orientado pelo Transporte), conceito que reúne modelos e recomendações que visam oferecer espaços dinâmicos, sustentáveis e integrados.

Isso significaria que o sistema de transporte coletivo de massa orientaria as áreas passíveis de ocupação e maior adensamento. O professor Elson destaca

que o único plano metropolitano de mobilidade existente em Florianópolis nos dias atuais é o Plamus (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis), que segundo ele, tem de ser melhor executado. “Mesmo não sendo perfeito, precisa ser assumido de maneira metropolitana”, diz Elson.

Na visão do profissional, portanto, o aumento populacional e o adensamento de Florianópolis deveria ser pensado e aplicado somente depois de um sistema de transporte de massa implantado em sua plenitude.



AQUAVIÁRIO



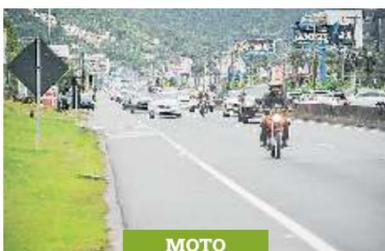
CARRO



BICICLETA



ÔNIBUS



MOTO

COMO FUNCIONA O PLAMUS

Foi desenvolvido entre 2014 e 2015 pelo governo de SC, com apoio do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

AS DIRETRIZES E CONCEITOS ACOLHIDOS PELO PLAMUS COMO DEFINIDORES DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO:

- Desenvolvimento urbano orientado para o transporte coletivo
- Sistema estrutural de transporte coletivo metropolitano integrado
- Priorização de modais não-motorizados – em especial nas regiões mais centrais
- Gestão de demanda
- Regulação de transporte de mercadorias
- Expansão da capacidade viária e gestão de tráfego

MACRO CRITÉRIOS

- VIABILIDADE – como os benefícios se comparam com os custos de implementação da alternativa.
- IMPACTO SOCIAL – intensidade dos impactos distributivos da solução proposta, privilegiando soluções que beneficiem com maior intensidade segmentos menos favorecidos da população ou habitantes de regiões mais distantes.
- SERVIÇO AO USUÁRIO – qualidade do serviço prestado pelo sistema de transporte público proposto.
- PERFIL DOS MODAIS – capacidade da solução proposta de promover a migração do transporte individual motorizado para o transporte público.
- IMPACTO AMBIENTAL – intensidade das alterações no meio ambiente provocados pela implantação das soluções.
- IMPLEMENTABILIDADE – possibilidade e prazo necessário para que a solução proposta seja implementada.

“Investimento em infraestrutura está entre as reivindicações”

Investimento em infraestrutura está entre as reivindicações / Plano Diretor / Patrimônio cultural / Professora / Margareth Afeche Pimenta / UFSC

ND 14 e 15 quinta-feira, 30 de junho de 2022



Investimento em infraestrutura está entre as reivindicações



Novo marco legal do saneamento prevê que pelo menos 90% da população seja atendida por rede de coleta de esgoto até 2033

Principal temor dos habitantes de **Florianópolis** é que faltem projetos de obras estruturantes que levem em conta o crescimento populacional e garantam um crescimento sustentável da cidade.

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto
Lorenzo Dornelles
Equipe de dados
Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

O aumento populacional observado em Florianópolis indica que cada vez mais pessoas de várias partes do Brasil e do mundo querem morar na Capital catarinense, mas falta espaço.

A proposta da prefeitura de revisão do Plano Diretor é disciplinar os locais de habitação e garantir que os espaços sejam mais aproveitados, aí surge a verticalização e a ampliação de prédios. Pelos bairros da cidade, os moradores entrevistados têm receio das mudanças. A preocupação é que a infraestrutura não acompanhe o crescimento.

Uma das principais queixas é em relação

ao saneamento básico. São inúmeros os casos de ligações clandestinas de esgoto que provocam doenças. Na época de verão, é comum que os bairros do Norte da Ilha de SC se deparem, por exemplo, com surtos de viroses. “As recorrentes notícias de UPAs e farmácias lotadas de turistas e moradores locais, com problemas de viroses decorrentes de contaminação da água do mar por esgotos, que são levados pelos rios, há décadas, causam estragos na reputação de Ingleses”, reclama Vânio Ferreira.

Além do impacto na mobilidade, no meio ambiente e na saúde pública, fatores estruturais também trazem outros alertas. O presidente da Ajin (Associação de Moradores e Proprietários de Jure-rê Internacional), Sérgio Rodrigues da Costa, cita as deficiências na rede de esgoto no bairro. Ele explica que por lá o esgotamento é um sistema fechado, feito pelo loteador. “Há muito tempo que nós

não temos projeto de expansão e investimentos”. Sérgio aponta que em 40% do bairro não há rede coletora, e é normal ver extravasamentos de fossa durante a temporada. “É um sistema que precisa de muito investimento. É uma situação crítica. Como você pode ampliar um bairro sem considerar a questão da infraestrutura?”, alerta o líder comunitário.

Moradores de Cachoeira do Bom Jesus, outra praia muito procurada por turistas na temporada, questionam se o adensamento populacional proposto pelo Plano Diretor vem acompanhado de novas estações de tratamento de esgoto. “Penso que muita coisa precisa mudar e ser discutida com a sociedade, mas de imediato o tratamento de esgoto tem e deve ser uma prioridade. Caso contrário teremos, em breve, problemas de saúde muito sérios”, lamenta Ademário Mattos Filho, morador e ex-presidente do conselho comunitário da Cachoeira.

Como funciona a rede de esgoto de Florianópolis

Os serviços de água e esgoto na Capital catarinense são delegados à Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). A prefeitura, no entanto, tem papel importante na fiscalização das instalações e nas cobranças para maior cobertura

ra. A cobertura de rede de esgoto em Florianópolis, atualmente, é de cerca de 68% da população. Há investimentos de obras com custo superior aos R\$ 100 milhões e expansões do sistema de esgotamento sanitário são previstos em bairros como Ita-

corubi, Ingleses, Saco Grande, João Paulo, Monte Verde, Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. O novo marco legal do saneamento estipula que todas as cidades tenham pelo menos 90% da população atendida com rede de coleta de esgoto até 2033.



“Espriamento” encarece infraestruturas, diz PMF

O secretário Michel Mittmann destaca a importância de cumprimento do plano municipal de saneamento e diz que os problemas que envolvem o setor são parecidos com outras situações estruturais da cidade. Como a questão das ocupações irregulares. “Hoje o crescimento se dá de forma irregular e desorganizada que acaba não gerando as contrapartidas, ou seja, gerar impostos do que vier necessário para reinvestir em infraestrutura. E isso envolve o próprio esgoto que a gente paga bem

à Casan para trabalhar nesse sentido”, diz. Segundo ele, o objetivo do município é melhorar o “princípio da legalidade” e concentrar a população de forma organizada. “Hoje, com essa demanda muito baixa, esse espriamento do território, custa mais caro e mais difícil implementar as infraestruturas. Então esse movimento de uma cidade mais eficiente, mais inteligente, também vai facilitar e construir um caminho mais rápido para implementação das infraestruturas”.



Prefeitura defende a concentração da população de forma organizada no território da cidade para permitir racionalização dos gastos públicos

Em Santo Antônio de Lisboa a busca é pela preservação da identidade açoriana

Moradores alertam para importância de conservação dos **núcleos históricos**, mas governo municipal garante que **patrimônios** não correm risco na revisão do **Plano**



Casario antigo no distrito de Santo Antônio: memória preservada e point turístico

O Plano Diretor pode afetar a paisagem do bairro?

No Plano Diretor de Florianópolis, os patrimônios culturais como casarões, prédios históricos, ruas e calçadas possuem ‘defesas’ previstas na legislação, que evitam mudanças nas

construções. Na prática, apenas os prédios localizados nos arredores destes patrimônios poderiam ser desfigurados, como na altura das construções, larguras das vias e tipo de

asfalto. A prefeitura afirma, porém, que a paisagem será protegida através de uma ‘rede de proteção’ para a manutenção da identidade açoriana em Santo Antônio de Lisboa.

O bairro de Santo Antônio de Lisboa é um dos mais procurados da região, especialmente pelo charme das construções históricas preservadas.

O professor Wildomar Júnior, integrante do Conselho da Cidade, órgão consultivo sobre planejamento urbano ressalta a conservação do bairro, que ele e os moradores temem que seja desfigurado com a revisão do Plano Diretor: “É a conservação do patrimônio histórico, da nossa cultura. A prefeitura tem permitido alguns tipos de construções, principalmente ali no acesso, algumas com mais andares e ocupando maiores áreas, descaracterizando nosso bairro, que não tem vias para comportar isso”.

A professora da UFSC Margareth Pimenta salienta a importância desse cuidado. “Os núcleos históricos têm, necessariamente, que ser preservados como conjunto, sob pena de irem caindo como dominó, um a um”.

Segundo ela, verticalizar um bairro pequeno como Santo Antônio de Lisboa seria “um crime, porque faz desaparecer a paisagem histórica”.

Ela pondera que a verticalização, em geral, é feita em áreas longínquas, para diminuir a pressão sobre as áreas históricas. “É fundamental valorizar as características ambientais e históricas, do contrário teremos um espaço sem identidade”, diz.

Segundo esse raciocínio, Margareth Pimenta defende que os moradores e seus representantes devem participar da discussão e se posicionarem.

“Eles têm que pedir um plano específico de preservação, impedir processos de verticalização, mantendo harmonia com os gabaritos históricos e impedir aumento de gabarito por acréscimo de incentivos”, afirma a professora.

MUNICÍPIO GARANTE QUE “PAISAGEM ESTÁ PROTEGIDA”

“Toda lei de paisagem está protegida, e naturalmente vai se criar uma rede de proteção adequada ao patrimônio mais relevante do município, que é tanto o histórico e a percepção de paisagem”, afirma o secretário Michel Mittmann.

Ele menciona que já está garantida, dentro da legislação e do Plano Diretor em vigência, a preservação desses patrimônios. No entanto, a prefeitura irá organizar critérios e “demonstrar como isso vai acontecer”.

“Vai ser preservado. Não basta querer aplicar um incentivo [para construções] nessa área, ela tem as regulações próprias, e a gente nem deseja, naturalmente. A gente quer preservar essas áreas para elas se tornarem um ativo a serem compensadas em outras áreas”, salienta.

Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“Política de habitação social está atrasada na Capital; como o Plano Diretor pode mudar esse cenário?”

Política de habitação social está atrasada na Capital; como o Plano Diretor pode mudar esse cenário? / PMHIS / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social / Professora / Margareth Afeche Pimenta / Arquitetura e Urbanismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

ND 16 e 17 quinta-feira, 30 de junho de 2022



Política de habitação social está atrasada na Capital; como o Plano Diretor pode mudar esse cenário?

Município não chegou nem perto de atingir metas estabelecidas há 10 anos, e não consegue aplicar medidas previstas na legislação vigente; entenda os motivos

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto
Lorenzo Dornelles

Equipe de dados
Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

Se por um lado se vende a imagem de uma Florianópolis das mansões e apartamentos de luxo à beira do mar, de outro a realidade aponta para um cenário alarmante de moradores da Capital que não possuem sequer um local adequado para viver.

Problema que é conhecido e é antigo. Há 10 anos, o PMHIS (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social) foi elaborado pela prefeitura, estabelecendo um plano de metas para atender demandas urgentes do município.

O planejamento estipulado pelo PMHIS à época previa, em 15 anos (2028), o atendimento de:

- 100% dos reassentamentos previstos e 75% do déficit quantitativo, por meio da produção pelo poder público de 7.500 habitações;

Demanda cresceu ainda mais na última década

O poder público de Florianópolis menciona a preocupação com o tema na elaboração de planos e leis, mas o problema só aumenta. As metas estabelecidas em 2012 vislumbravam um cenário de 15 anos à frente. Hoje, em 2022, a situação não indica resultados positivos.

“As metas estão bem atrasadas. A nossa produção para atender esse cenário que foi planejado lá em 2012 está muito aquém do que foi pensado”, admite Kelly Cristina Vieira, assistente social e chefe do Depar-

- 100% do déficit qualitativo em AIS (Áreas de Interesse Social), por meio da produção pelo poder público de 6.103 urbanizações de lotes, 7.148 lotes regularizados e 2.189 domicílios com melhorias habitacionais;

- 70% da demanda demográfica de 0 a 3 salários mínimos, por meio da produção de 14.530 unidades habitacionais e 2.400 lotes urbanizados, por meio de parcerias entre poder público e iniciativa privada;

- 55% da demanda demográfica de 3 a 5 salários mínimos, por meio da produção de 4.545 unidades habitacionais e 1.275 lotes urbanizados, por meio de parcerias entre poder público e iniciativa privada.

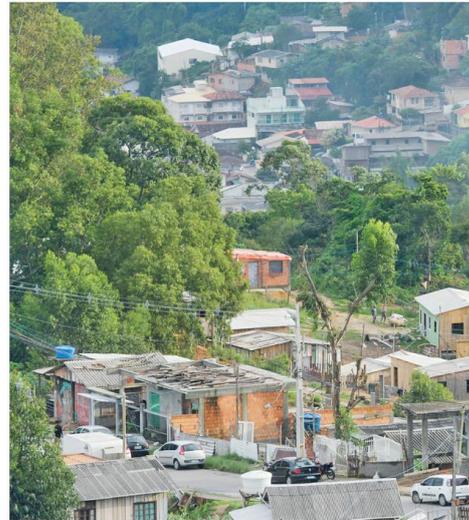
Dois anos depois, o Plano Diretor de 2014 também determinou diretrizes visando a promoção da política de habitações de interesse social. No entanto, já em 2022, a questão ainda se mostra como um dos principais gargalos da cidade, e é um dos pontos de destaque da revisão das diretrizes de Florianópolis.

Entre os 10 pilares da revisão, a prefeitura elenca duas orientações específicas que tratam do assunto: “favorecer as moradias de interesse social” e “promover a inclusão social e redução de desigualdades” são considerados pontos focais da proposta.

“Não se pode mais relegar a população de baixa renda para as regiões periféricas, acarretando maior pressão no sistema viário, nas áreas de preservação e não favorecendo o desenvolvimento sustentável da cidade. [...] É possível ainda uma política de incentivos que permite ganhos construtivos em troca da garantia de produção de habitação de interesse social (HIS)”, menciona um trecho da justificativa de revisão elaborada pela prefeitura.

tamento de Trabalho Social da Prefeitura. Ela confirma que a demanda cresceu ainda mais na última década, seguindo uma tendência nacional.

“Hoje a gente tem a grande expansão urbana, nossa demanda por habitação também vem crescendo e a gente não tem uma produção de habitação de baixa renda, não vê esse movimento acontecendo em Florianópolis, muito embora tenhamos essa demanda registrada no plano de habitação e no Plano Diretor”, lamenta Kelly Vieira.



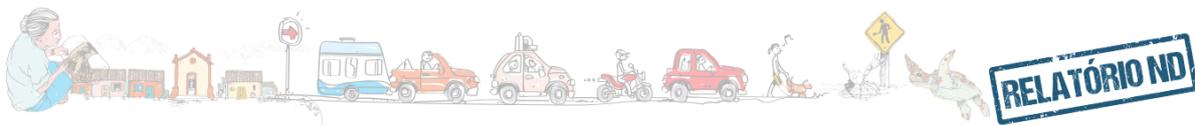
“O Plano Diretor é muito técnico, difícil de entender. Mas é também pouco transparente. Todos os projetos, mas todos mesmo, deveriam ser expostos via internet para que a população pudesse debater antes da implantação, mas isso jamais é feito. A cidade é elaborada às escuras.”
Margareth Pimenta, professora da UFSC

Por quê os planos de moradia social estão travados em Florianópolis?

Afinal, o que explica toda essa dificuldade para que o tema seja solucionado? “Falta de recursos. Assim como todas as outras políticas públicas. Você não faz política pública no país e no mundo sem dinheiro”, responde Kelly Vieira.

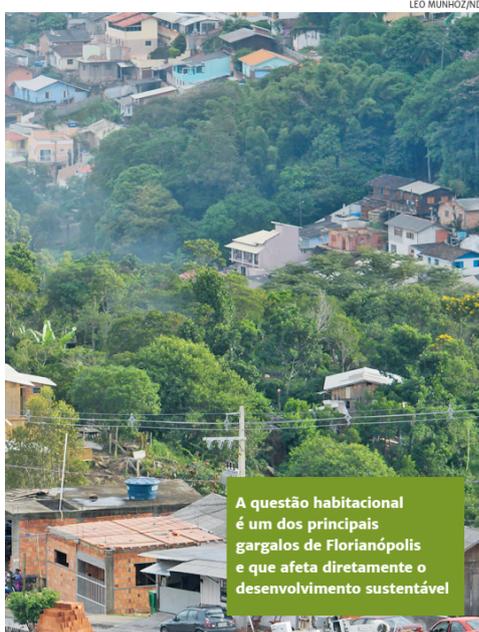
A professora de Arquitetura e Urbanismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Margareth Afeche Pimenta, atribui as dificuldades no tema à uma falta de interesse antiga.

“A questão habitacional, no Brasil, jamais teve qualquer atenção maior. Isso é histórico no país. Por isso chegamos aonde estamos”, afirma.



O custo da terra em Florianópolis é muito alto e se tem mais dificuldades para efetivar projetos para o público de zero a três salários mínimos.”

Cibele Assmann de Lorenzi,
arquiteta do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis



A questão habitacional é um dos principais gargalos de Florianópolis e que afeta diretamente o desenvolvimento sustentável

De acordo com a professora, a oferta para moradias acessíveis necessita de um plano habitacional, com destinação de recursos. “A atenção se voltou para regularização fundiária, isso em nível nacional, reproduzida pelos municípios. Isso difere totalmente do que se fez na Europa, por exemplo, um plano habitacional nacional”.

“Um programa habitacional conforma cidades e, consequentemente, pode gerar problemas urbanos, como a periferização. Por isso, a Europa rejeitou a unidade unifamiliar, em benefício de apartamentos, menor periferização, rendimento maior das infraestruturas. O Plano Diretor delimita áreas sociais e estabelece padrões menos rígidos em termos de tamanho de lote, etc. Não acredito que

seja a solução para o problema habitacional”, complementa Margareth Pimenta.

A assistente social Kelly Vieira reforça que o município não recebeu recursos suficientes e também não foi capaz de realizar parcerias efetivas com o governo do Estado para programas habitacionais

“As políticas no Brasil são municipalistas e elas exigem mínimos para os municípios aportarem, e os municípios acabam aportando esses mínimos na educação e na saúde. Acaba que os municípios fundamentam a execução dos planos de habitação de interesse social no aporte de custos através do governo federal, e desde 2016 que a gente não tem o incentivo para produção de habitação de interesse social no Brasil”, aponta.

Aposta em incentivos com a iniciativa privada

Quando se fala no Plano de Habitação de Florianópolis, é importante entender que existe uma divisão de três grupos, com base na renda dos moradores: 0 a 3 salários mínimos; 3 a 6 salários mínimos e 6 a 10 salários mínimos.

“A falta de recursos está muito focada principalmente nessa faixa de mais baixa renda, de 0 a 3, que é onde realmente se vê que a iniciativa privada não tem interesse de atender, porque o valor é muito basto, e os recursos que são disponibilizados, quando existem, do governo federal, não são atrativos para dar lucro”, ressalta a diretora do IpuF, Cibele Assmann de Lorenzi.

Outra dificuldade importante para a efetivação das políticas é o valor da terra em Florianópolis, conforme explica Cibele. “O custo da terra em Florianópolis é muito alto, e se tem mais dificuldades para efetivar projetos para esse público de 0 a 3. A gente entende que o poder público poderia estar participando mais da produção, mas mesmo assim não é responsabilidade só do poder público de fazer. As outras faixas, principalmente de 6 a 10 salários mínimos, a gente vê acontecer”. Para mudar esse panorama, a principal

aposta é em incentivos. “Sem incentivos a gente não vai conseguir construir moradias de interesse social na Ilha da Magia”, enfatiza a assistente social Kelly Vieira.

Cibele lembra que o desejo era de que os incentivos implantados no Plano Diretor de 2014 fossem “efetivos a ponto da iniciativa privada ter interesse de fazer por ela grande parte desse trabalho”. No entanto, ficou claro que as diretrizes não deram resultados, como admite Kelly Vieira: “Os incentivos não foram suficientes para estimular a produção habitacional”.

A chefe do departamento de assistência social da prefeitura afirma que a intenção da equipe técnica do poder público é que se consiga fazer parcerias com a iniciativa privada, que deve considerar suas responsabilidades sociais.

“Pensar na produção de uma cidade que seja inclusiva, sustentável, porque a mesma cidade que vai produzir habitação de 6 a 10 mínimos, ela também tem que produzir habitação de 0 a 3 salários mínimos, porque essa população também mora, também habita, também produz na cidade, e também faz a vida da cidade acontecer”.

Quais incentivos promover e como atrair investimentos

A professora Margareth Pimenta, entenda de uma política de incentivos “pode ser” o caminho, mas pondera que “há muito preconceito no Brasil”. “Na França, o governo estimula a iniciativa privada com isenção de impostos, mas, para isso, as administrações têm que ter critérios rígidos de qualidade. De preferência, as administrações estabelecem os projetos, não somente os índices urbanísticos. A partir daí, pode-se pensar em utilizar os capitais privados, inclusive de pequenos investidores, via consórcios”, afirma.

Segundo Margareth, o problema se dá por conta do pouco controle da função de fiscalização e responsabilidade dos municípios. “Então, faz-se qualquer coisa, sem grandes consequências para os administradores. O nível de cobrança é pequeno”. Outra questão é a linguagem e falta de transparência do Plano Diretor, que dificulta mais ainda o interesse e acesso para mais partes da sociedade.

“É muito técnico, difícil da população compreender. Mas é também pouco transparente. Todos - mas todos mesmo - os projetos deveriam ser expostos via internet, por um prazo mínimo, para que a população pudesse debater, antes de sua implantação, mas isso jamais é feito. A cidade é elaborada às escuras”, opina Margareth Pimenta.

A equipe técnica da prefeitura garante, no entanto, que a questão do incentivo vai estar “sempre sendo trabalhada”.

“As discussões que a gente tem feito

sobre a necessidade da revisão do Plano é que é importante a gente incluir incentivos que estimulem a construção civil a também produzir habitações de interesse social para essa população de mais baixa renda”, garante Kelly Vieira. A assistente social corrobora com a visão de que o Plano precisa proporcionar legislações mais claras e inclusivas.

“A gente faz questão de colocar a inclusão e a habitação de interesse social como pilares do Plano Diretor, porque essa é a cidade que existe dentro de Florianópolis. Não é só a produção de mercado para além dos 10 salários mínimos, porque aquela família que paga milhões para morar em Florianópolis, ela precisa das pessoas que vão fazer a cidade acontecer. E essas pessoas que fazem a cidade acontecer também têm o direito de morar em Florianópolis, também querem ter acesso à habitação. E isso tem que estar no Plano Diretor, porque é esse o instrumento que fala sobre essa cidade que é a cidade para todos, que é a cidade inclusiva, que gera vida e a oportunidade pras pessoas”.

Kelly observa a necessidade de flexibilizar as possibilidades de construção de habitação em todos os espaços. “As pessoas convivem, né? Você não sabe quem é que está sentado ao teu lado no ônibus, onde ele mora, se é em Jurerê Internacional ou se é ali em um dos morros da Agrônômica. Essa é a cidade que acontece do nosso lado, então é nessa cidade que a gente tem que pensar, discutir e consensuar”, conclui.

Notícias do Dia

Capa e Caderno Especial

“Distrito do norte da ilha é ‘campeão’ no ranking da ocupação irregular”

Distrito do norte da ilha é ‘campeão’ no ranking da ocupação irregular / NUI / Núcleo Urbano de Irregularidade / Estatuto da Cidade / Regularização fundiária / Plano Diretor / Professor / Elson Pereira / UFSC

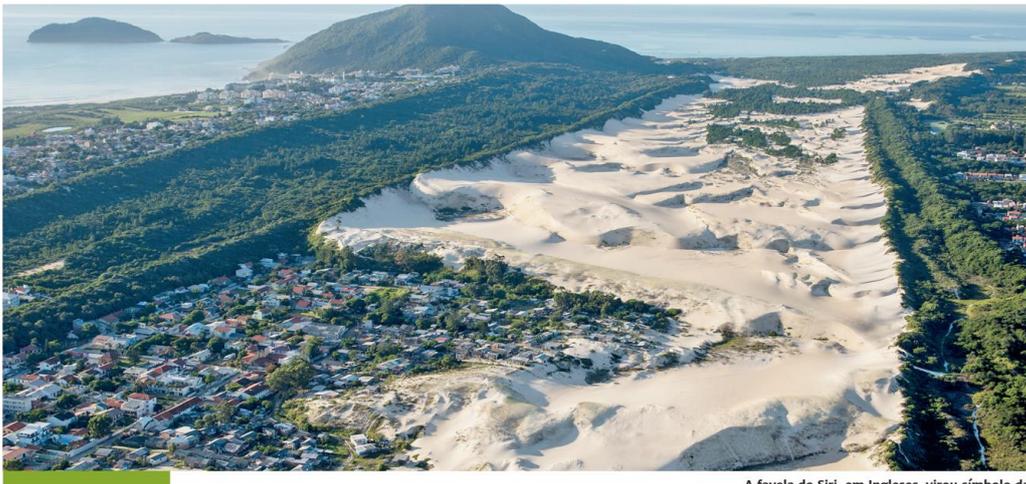
ND

18 e 19

quinta-feira, 30 de junho de 2022



Distrito do norte da ilha é ‘campeão’ no ranking da ocupação irregular



A favela do Sirí, em Ingleses, virou símbolo da ocupação irregular na Capital catarinense

Mapa da irregularidade nos distritos de Florianópolis dá a real dimensão do problema causado pela ocupação desordenada dos últimos anos; Reurb e Plano Diretor têm instrumentos para mudança do cenário

NÚCLEO DE DADOS E INVESTIGAÇÃO

Texto

Lorenzo Dornelles

Equipe de dados

Fernanda Lanzarin e Vanessa da Rocha

O índice de construções consideradas clandestinas pode superar 80% em Florianópolis, como é o caso de São João do Rio Vermelho, no Norte da Ilha de SC. A região, aliás, tem três distritos entre os “top 5” do mapa da irregularidade consolidado pela prefeitura. O raio x apresenta os índices de NUI (Núcleo Urbano de Irregularidade) de todas as regiões e revela a extensão do problema no território municipal.

Com o levantamento, é possível ter uma fotografia do que é “clandestino, irregular ou do que não foi possível regularizar, por qualquer modo, a titulação dos ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época da implantação ou regularização”. Os números (confira no quadro da página 11) colocam realmente o Norte numa situação delicada. Em Ingleses, a taxa de edificações ilegais é de 60,37% e na Cachoeira do Bom Jesus o percentual é de 48,57%.

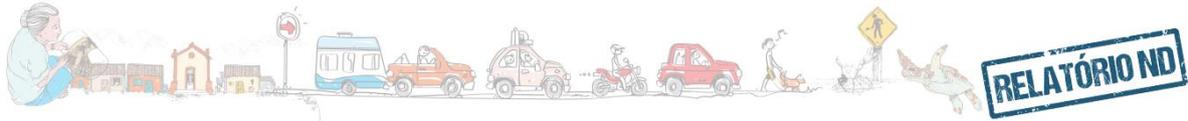
O professor da UFSC Elson Pereira destaca que os instrumentos para resolver, ou pelo menos, minimizar esse problema da ocupação territorial estão no Estatuto da Cidade, que é a lei nº 10.257. O texto que está em vigor desde 2001 previu a possibilidade de regularização fundiária de áreas privadas com até 250 metros quadrados ocupadas há mais de cinco anos e que não estejam na Justiça em ações de reintegração de posse.

“A intenção era de regularizar ocupações nas metrópoles, principalmente favelas, e por meio de investimento público integrar essas áreas à cidade formal e assim resolver o problema habitacional brasileiro que tem um déficit de quase 7 milhões de moradias”, explica Elson.

O especialista em planejamento urbano ressalta, porém, que a ação do município “precisa ser melhor estudada”, e diz que a situação tem boas condições para resolução. “A proposta da prefeitura de regulari-

zação fundiária tem caráter genérico e não é apenas para população de baixa renda. Um programa de regularização fundiária, seguido de melhorias urbanísticas em áreas de baixa renda, resolveria grande parte do problema habitacional em Florianópolis”, afirma o professor.

Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano, Michel Mittmann enxerga “bons princípios e excelente diretrizes” nas ferramentas disponíveis no Reurb e no Plano Diretor em vigência, mas acredita que a aplicação dessas medidas precisa ser corrigida. “O Plano tá distante, não só esse, mas os outros planos do município ficaram distantes da realidade do território. E isso motivou essas ocupações irregulares que geram um passivo para o Reurb. Então, é preciso alterar o Plano para permitir uma maior regularidade”, registra o secretário. Para ele, a irregularidade no território pode ser combatida com uma lei mais adequada. “A gente imagina também que incentivos dentro de alguns bairros possam permitir melhoria dos indicadores”, argumenta.



OS DISTRITOS

Confira o percentual de ocupação irregular nos distritos de Florianópolis, de acordo com o “mapa da irregularidade” da prefeitura. No top 5 estão três distritos do Norte da Ilha de Santa Catarina.



Territórios da cidade estão à margem da lei

Em Canasvieiras, a regularização fundiária de áreas que receberam construções nos últimos é uma das prioridades, segundo a associação de moradores. “Em assembleia, nós aprovamos uma empresa para fazer essa regularização fundiária. Eles estão ainda em fase inicial de adesão dos moradores”, explica Luciane Remião, da Amocan.

Tratam-se de lotes e assentamentos que já são consolidados e que precisam de regularização para ter acesso oficial à água, luz e também receber obras de saneamento básico.

“As casas mais antigas, construídas em outros anos, outras gestões, já contam com esses serviços, mas as que foram construídas após esse decreto (publicado pela gestão anterior da prefeitura), não conseguem”, complementa ela.

Em junho de 2021, a Amocan chamou a empresa Reurbane para conhecer modalidades e etapas para a instauração de processos administrativos junto à prefeitura.

“A diretoria da associação acredita que a ação coletiva para regularizar os perímetros urbanos já consolidados anteriormente à lei de Reurb é um fio que contribuirá para tecer essa rede e contribuir para ações desenvolvidas no Plano Diretor”, afirma Luciane.

Ex-presidente da Amorv (Associação de Moradores do Rio Vermelho), o vereador João do Bericó destaca a herança do Plano Diretor de 2014. Segundo ele, muitas casas e ruas foram projetadas nesse período, mas nunca construídas. E, além disso, o maior problema: as construções que existem nesses locais estão irregulares.

“Quem comprou não consegue construir até hoje. As ruas foram projetadas em locais que já tinham casas, mas que nunca foram implantadas oficialmente. Vai ter dinheiro para indenizar?”, questiona o vereador. Por isso, a maior demanda do bairro na atualidade é legalizar estes locais e garantir água e luz para as unidades. “Isso passa pela revisão do Plano Diretor”, acredita Bericó.

Município quer avanço na regularização fundiária e incentivo à habitação social

O secretário Michel Mittmann afirma que uma revisão do Plano Diretor talvez consiga acelerar o processo de regularização territorial na Capital, que considerado “urgente”. “São leis que são complementares entre si. Trabalhar erroneamente o Plano Diretor tem gerado passivos para a Reurb. Então a gente tem que corrigir o Plano para que pare de gerar passivo, ou seja, que a Reurb trate com aquilo que existe no passado e não a cada dia a gente crie mais problema para o futuro”, explica.

Arquiteto e urbanista, ex-diretor do IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), Mittmann diagnostica dois equívocos gerais sobre a realidade habitacional no município: “Primeiro é que a limitação dos incentivos para habitação social no território é muito pontual. Segundo: esses incentivos não compensam a aquisição de um terreno pela iniciativa privada nem a implementação de projetos por empreendedores sociais”, diz.

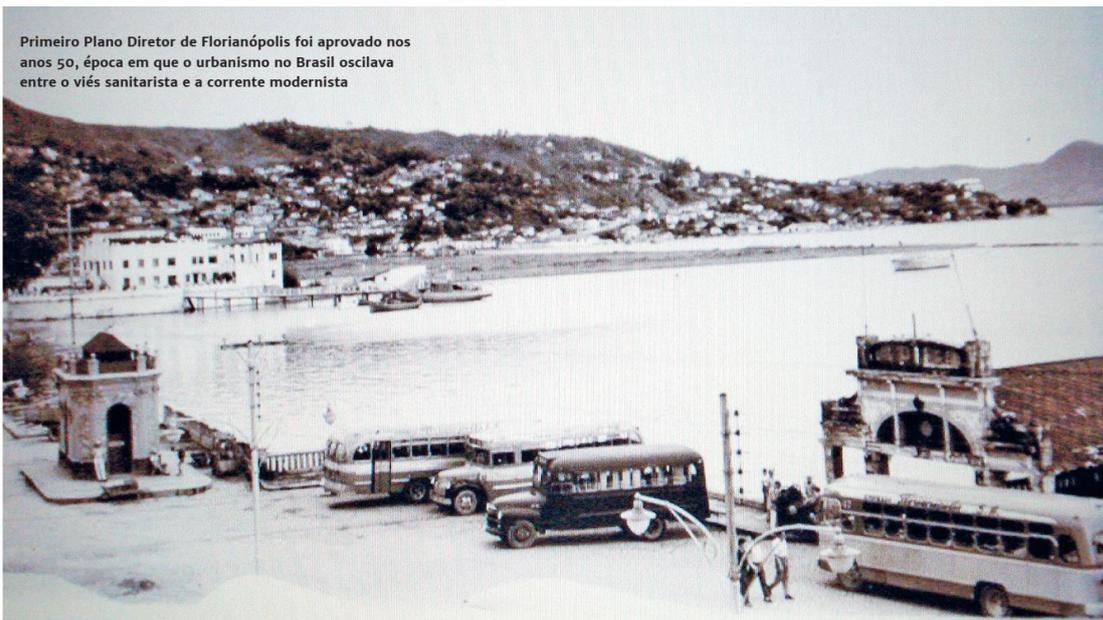
Diante dessas duas situações, dois eixos estão sendo propostos na mudança do Plano Diretor. “Incentivar

fortemente quem queira produzir habitação social, em especial aquela de baixíssima renda” é um deles.

“Que elas se tornem viáveis e que tendo recursos federais a gente esteja preparado para absorver esse tipo de programa”, complementa Mittmann.

Já o segundo objetivo é fortalecer o fundo de habitação para iniciativas próprias ou para a execução de habitações diretas do município por meio dos incentivos: “Ou seja, o empreendedor que investir em habitação vai receber em troca a área construída”. Com isso, a expectativa da atual gestão é que se consiga recompor de forma muito rápida e expressiva o volume financeiro adequado para que o fundo de habitação realmente aconteça e seja executado.

“Ou, melhor ainda, que o empreendedor possa utilizar como garantias para aquisição de empréstimos de maior vulto e rapidamente construir, executar habitações sociais nos diferentes bairros para que tenhamos uma diversidade social da cidade e um acesso democrático da cidade”, avalia o secretário.



Quando Florianópolis começou a ser planejada

A Capital catarinense **passou por diversas transformações** antes mesmo de ter o primeiro Plano Diretor aprovado na década de 1950

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
Especial para o ND

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi aprovado em 1955, época em que o urbanismo no Brasil oscilava entre o viés sanitalista, herança do início do século 20 que buscava “higienizar” as cidades com a implantação de sistemas de esgoto e abastecimento de água, e a corrente modernista de planejamento urbano, de caráter funcionalista e tecnocrata. O primeiro era uma herança europeia do século anterior e sempre alcançou uma parcela restrita da população. O segundo emergiu após a 2ª Guerra Mundial e vigorou até a década de 1970, tentando atender às demandas de um país em processo de industrialização e urbanização.

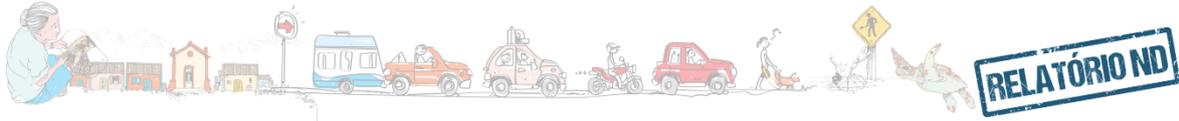
Florianópolis passara por um período de fortes investimentos em infraestrutura na década de 1910. Nessa fase, o rio da Bulha foi canalizado pelo governador Hercílio Luz, ganhando o nome de avenida do Saneamento e

posteriormente o do próprio político, que permanece até hoje. A área dominada por cortiços e casebres se tornou um espaço atrativo para inversões no ramo imobiliário. A capital catarinense foi a décima cidade brasileira a contar com rede de abastecimento de água, num momento em que também foi criado o Forno do Lixo, novas vias públicas eram abertas e a energia elétrica substituiu os lampiões a gás.

Um avanço importante foi a construção da ponte Hercílio Luz (outra iniciativa do ex-governador), entregue em 1926. No entanto, nas três décadas seguintes a Capital, alheia aos ventos da modernidade que sopravam no país e no mundo, ficou estagnada do ponto de vista dos negócios e da geração de riquezas e oportunidades. No início dos anos de 1950, com 70 mil habitantes e um porto subutilizado, Florianópolis vivia tempos de baixa autoestima, pela falta de indústrias, uma economia acanhada e total ausência de atrativos para investimentos.

Foi quando a Câmara de Vereadores autorizou a contratação de dois arquitetos e um urbanista do Rio Grande do Sul para elaborar o primeiro Plano Diretor da cidade. Àquela altura, já vigorava um Código Municipal que estabelecia regras para as áreas do transporte, construção civil, regramento sanitário, administração pública, entre outras.

A lei nº 246/55, aprovada pelos vereadores, contemplava um plano que abrangia apenas a península central e a parte continental da cidade, deixando de lado as localidades do interior da Ilha. O modelo buscava a “cidade funcional” e preconizava a criação de cinco zonas distintas – comercial, comercial-residencial, industrial, residencial nova e residencial existente. Acreditava-se que a industrialização – como acontecera em Joinville e Blumenau – poderia vingar também na Ilha de Santa Catarina e no continente contíguo, seguindo um modelo nacional desenvolvimentista em franca expansão.



O conflito entre necessidades e os interesses da elite da cidade

O plano diretor pioneiro era ousado. Previa, por exemplo, a construção de um novo porto no bairro Estreito e a criação de uma “via tronco”, ou seja, um eixo viário que ligaria uma estação rodoviária e ferroviária, o centro cívico (administrativo), a futura universidade federal e a zona industrial e portuária. Uma nova centralidade contemplaria a área continental – apenas a universidade, a rodoviária e o centro administrativo permaneceriam na Ilha.

O que os planejadores não previram era o conflito desse modelo com os interesses da elite política, representada pelas oligarquias que já vinham comandando o Estado desde a década de 1920. A industrialização era bem vista por este segmento, mas o turismo já tinha se instalado nos planos das classes mais abastadas, que enxergavam na grande quantidade de praias e belezas naturais um potencial que reverteria as perdas com o fim do porto insular e o impacto desse fato sobre a economia local.

No Plano Diretor aprovado pelos vereadores o turismo seria uma fonte secundária de geração de negócios, já que o novo porto e a área industrial mereceriam a primazia dos investimentos públicos. Para a cidade elite, no entanto, o mais importante era a expansão para o Norte da Ilha, onde Jurerê e Canasvieiras despontavam como o Eldorado turístico a ser ocupado pelas camadas de renda mais alta na cidade.

A maior parte do que estava previsto no plano não saiu do papel. A exceção foi a avenida Beira-Mar Norte, executada, em sua etapa pioneira, na década de 1960. Era o começo da expansão para o Norte e Leste da Ilha (Lagoa da Conceição). “Havia a intenção de erguer ali conjuntos de habitação popular para os moradores dos morros próximos, mas interesses políticos e econômicos entraram em ação”, diz o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn. “A antiga praia de Fora, onde está hoje o Beiramar Shopping, era vista como área com alto potencial de valorização”.

A mudança do perfil da ocupação territorial da Ilha

A construção da ponte Colombo Salles, entre Ilha e Continente, e do trecho da BR-282 até a BR-101 seguiram na direção da integração regional. O êxodo rural e a urbanização crescente já eram fenômenos nacionais, e São José, por exemplo, crescia mais que Florianópolis já pelos dados do Censo de 1960 – 3,99% ao ano, contra 3,83%. Contudo, agora por falta de recursos, o

projeto original de 1976 foi rifado e a Prefeitura de Florianópolis viu-se na contingência de planejar o seu próprio Plano Diretor.

A lei municipal 1.494/76 previa investimentos importantes e reforçava a priorização de áreas de interesse turístico. Àquela altura, alguns balneários já experimentavam grande expansão. No artigo “Florianópolis: os Planos Diretores

Aprovados entre 1955 e 2014”, de 2016, os acadêmicos Leandro José de Almeida Cravo, Adriana Marques Rossetto e Adriana Carvalho da Silva Storch afirmam que predominou no documento “a influência de setores dominantes da sociedade em projetos que atendiam às necessidades de continuidade de expansão dos balneários do Norte da Ilha de Santa Catarina”.

As primeiras ideias sobre a região metropolitana da Capital

A partir de 1960, Florianópolis passou por fenômenos que alteraram radicalmente seu perfil. A implantação da UFSC e a transferência para a Ilha da sede da Eletrosul não apenas mudaram o padrão demográfico, pela vinda de milhares de profissionais de fora do Estado, mas empurraram a cidade para o outro lado do Morro da Cruz, até então um amontoado de sítios e chácaras com baixa densidade populacional. Os bairros Agrônoma, Trindade e Pantanal, e depois a Lagoa da Conceição, passaram a ser as novas fronteiras para a expansão da cidade.

Em 1967, na gestão do prefeito Acácio Garibaldi São Thiago, um estudo foi

contratado para subsidiar o novo Plano Diretor, já prevendo a criação de uma área metropolitana e o planejamento integrado da Capital com os municípios próximos. O desdobramento mais imediato foi a criação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, em 1971.

Um dos mentores desse projeto foi o arquiteto e professor Luiz Felipe Gama d’Eça, um dos destaques em planejamento urbano. O resultado foi o Plano Diretor de 1976, já sob a inspiração dele, que sonhava com uma cidade humanizada, que preservasse o patrimônio histórico e abrisse portas para um crescimento descentralizado.

Integração regional

A ideia da região metropolitana era integrar Florianópolis com as cidades vizinhas, dentro da tendência vigente de fazer o planejamento considerando as necessidades regionais. Questões relativas ao transporte, ao emprego e aos serviços públicos só seriam resolvidas, segundo esse entendimento, se tratadas de forma a aproximar a Capital dos 20 municípios da região do entorno.

É importante ressaltar que no final da década de 1960 e no início do decênio seguinte as propostas do PD de 1955, além de não terem sido implementadas, haviam se tornado obsoletas. Sobre isso, o historiador Reinaldo Lohn é taxativo: “Todos os planos diretores da cidade passaram a ser vistos como superados poucos anos depois de criados. Isso ocorreu com o plano de 1955, se repetiu com o de 1976 e continuou nas experiências posteriores, até os dias de hoje”.

Expansão incentivada

O plano de 1976 previa a criação de um porto na ilha de Anhatomirim e de um centro metropolitano. Naquele momento, a cidade assistia ao aumento do número de funcionários públicos, à expansão imobiliária e da prestação de serviços. Os bairros Agrônoma e Itacorubi cresciam exponencialmente, porque estavam próximos à UFSC, assim como a Trindade, onde a universidade estava instalada. O mesmo começava a acontecer com Itaguaçu e Bom Abrigo, na área continental. O Sul da Ilha também estava contemplado no plano, com a construção de um túnel e de uma via expressa que melhorariam o acesso ao aeroporto Hercílio Luz, mas essas obras demoraram quase três décadas para ficarem prontas. Outra vez, como se viu, pouca coisa saiu do papel.

Os planos diretores ao longo das últimas sete décadas

Linha do tempo recupera as discussões sobre planejamento urbano e obras estratégicas de Florianópolis



1920 (foto solta, só com a identificação da década)



1952

Tem início a elaboração do Plano Diretor de Florianópolis a cargo de uma equipe de Porto Alegre, formada pelos arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, e pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva.

1955

O primeiro Plano Diretor é aprovado por meio da lei 246/55, na gestão do prefeito Osmar Cunha. O documento levava em consideração apenas a região central da cidade e sua parte continental. Mesmo as regiões mais antigas da cidade, já consolidadas, como Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha não estavam no plano.



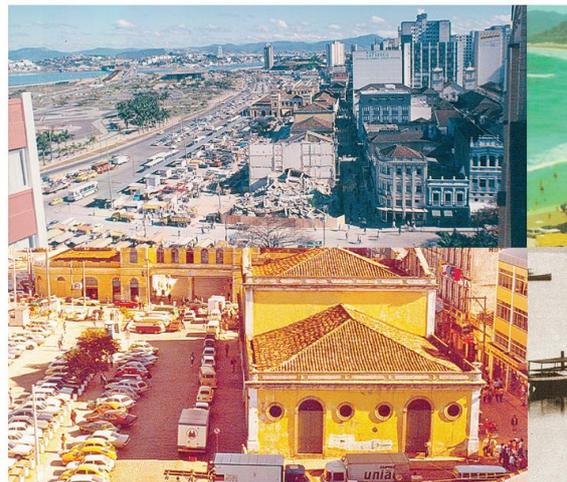
Vitória do modelo baseado na vocação turística da cidade

Com mais de 40 praias, Florianópolis só passou a apostar em suas belezas naturais e potencialidades nas últimas quatro décadas

Em 1985, na gestão do prefeito Aloísio Acácio Piazza, foi aprovado o Plano Diretor dos Balneários, que entendeu a cidade num contexto mais amplo e considerou o incremento da atividade turística na década de 1980, definindo também as áreas de preservação permanente e de uso limitado. Ele criaria uma cidade policêntrica, dando aos balneários a possibilidade de se tornarem pequenas cidades com grande margem de vida própria. O plano foi alterado por várias leis complementares.

O Plano Diretor seguinte foi o de 1997, já com o país redemocratizado e tentando domar a inflação, e com uma classe média em ascensão, num cenário de globalização. A Ilha de Santa Catarina se elitizara, apesar de alguns bolsões de pobreza, enquanto o Continente sofria com o crescimento desordenado provocado pelas migrações internas. A lei complementar nº 01/1997 manteve as características do PD anterior, de cunho tecnocrata, e convalidava uma realidade na qual Florianópolis surgia como polo turístico de ponta, IDH elevado e atrativos que criariam um fluxo migratório acentuado, formado por pessoas de alta escolaridade que buscavam mais segurança e qualidade de vida.

O novo PD queria estabelecer parâmetros e diretrizes que vigoravam nos planos da política urbana vigente no Brasil, chamando atenção para a função social da cidade e da propriedade. Foi quando surgiram os Planos Diretores Participativos, mais democráticos, com as dimensões técnica, jurídica e política relacionadas à questão do crescimento urbano. A expansão da renda da cidade puxou para cima o rendimento médio dos municípios vizinhos, mas a qualidade dos deslocamentos e dos serviços públicos ainda deixava a desejar.



Eixos para o desenvolvimento

Com o século 21 veio o Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001) com a proposta de democratizar a gestão das cidades brasileiras por meio de instrumentos de gestão. O documento destacava a função dos planos diretores, obrigatórios para toda a cidade com mais de 20 mil habitantes ou aglomerados urbanos.

O Plano Diretor de 2014, criado pela lei nº 482/2014, abrangeu, pela primeira vez, todo o município de Florianópolis. O documento projetava uma população de 750 mil habitantes no ano de 2030, com dez eixos para o desenvolvimento da cidade, entre eles a reorganização territo-

ria
in
so
l
ci:
da
(Á
os

1960
Construção da primeira etapa da avenida Beira-Mar Norte, prevista no Plano Diretor. O presidente Juscelino Kubitschek cria a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

1967
O governo do Estado contrata estudos para subsidiar um novo Plano Diretor de Florianópolis.

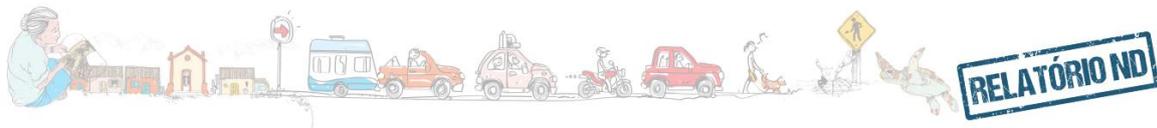
1971
É criado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis.



1975
É inaugurada a ponte Colombo Salles, segunda ligação física entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente.

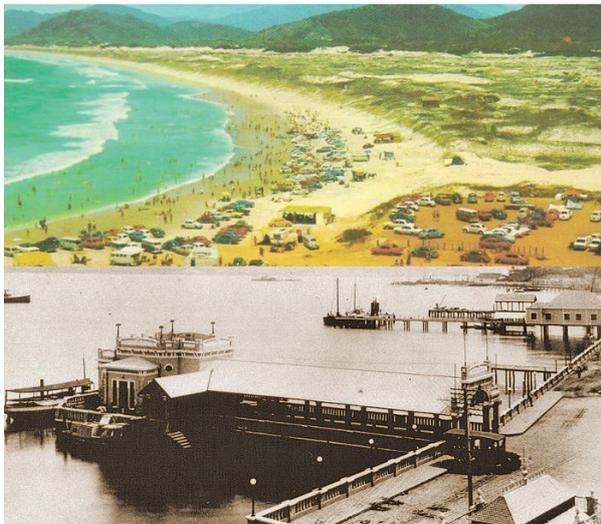
1976
Aprovado um novo Plano Diretor (lei nº 1.494), agora já prevendo investimentos na expansão para o outro lado do Morro da Cruz e para bairros não contemplados nos planos diretores anteriores. Também previa maiores investimentos viários na cidade, como a criação de uma nova ponte ligando a Ilha ao Continente.





De modo geral, o primeiro Plano Diretor foi pouco efetivo. Os problemas não eram de ordem técnica, mas de interesses em jogo.

Reinaldo Lohm, professor e historiador



A evolução da paisagem urbana é também reflexo dos planos diretores que a cidade teve ao longo das últimas décadas

rial (com a formação de novas centralidades), a conservação ambiental, incremento das políticas de mobilidade urbana, universalização do acesso ao saneamento básico e valorização da paisagem histórica e natural.

Na teoria, o PD de 2014 estava de acordo com as novas tendências urbanísticas, prevendo, por exemplo, maior diversidade de modelos, a criação de novos parques urbanos e a demarcação de novas APPs (Áreas de Preservação Permanente), por exemplo. Isso não diminuiu os conflitos de interesses e o desequilíbrio de poderes na cidade.



Plano de 2014 abrangeu, pela primeira vez, todo o município de Florianópolis e previu uma população de 750 mil habitantes em 2030

Impactos das políticas federais sobre o planejamento urbano

O historiador e professor universitário Reinaldo Lindolfo Lohm tem artigos e livros publicados sobre os fatores que transformaram Florianópolis na cidade que é hoje. Autor de uma obra que já é referência no assunto, "Artífices do futuro – cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)", ele conta que Paulo Fontes, prefeito na época da elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, em 1955, nunca se conformou com o malogro do projeto que previa a construção de um porto na região do Estreito e do Balneário. A avenida que leva o nome do ex-prefeito, no Centro da cidade, foi uma das poucas heranças daquele documento.

"De modo geral, o primeiro plano foi pouco efetivo", diz o historiador. "Os problemas não eram de ordem técnica, mas de interesses em jogo. O centro cívico, que viria a ser

a praça da Bandeira, depois praça Tancredo Neves, nunca foi chamada por este nome pela população. A velha discussão sobre os direitos da União sobre a Ilha criou um vazio legal, porque alegava-se que todas as ilhas marítimas do país não eram passíveis de usucapião".

Florianópolis também ficou fora dos planos federais que aprovavam a criação das regiões metropolitanas e liberavam dinheiro para obras de infraestrutura, nos anos 70, sendo impedida, por exemplo, de implantar linhas de trens urbanos com os municípios próximos. E o Plano Diretor de 2014, aprovado após oito anos de debates e discussões, não impediu que parte dos ecossistemas se perdesse. Com a "venda" da cidade como Ilha de Magia, ainda a partir da década de 1990, a vinda de mais moradores de fora aumentou as pressões sobre o meio.



1982

A constatação do rompimento de um olhal na parte superior de uma das torres interditada provisoriamente a ponte Hercílio Luz. Seis anos mais tarde, a interdição seria definitiva.

1985

É aprovado o Plano Diretor dos Balneários.

1991

É inaugurada a ponte Pedro Ivo Campos, terceira ligação entre a Ilha e o Continente.

1997

Com a aprovação da lei complementar 01/1997, a cidade cria o terceiro Plano Diretor.

2014

É aprovado o último Plano Diretor, em vigor até hoje. O documento leva em consideração todo o município e foi o primeiro construído com participação da sociedade em audiências públicas.

2022

Florianópolis discute nova atualização sobre o Plano Diretor.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Alunos da UFSC de Araranguá desenvolvem projeto que cria do zero gerador de energia eólica](#)

[Ânderson Silva fala sobre expectativa para nomeação do novo reitor da UFSC](#)

[Brasil. Los trabajadores y los indígenas](#)

[Clima é de apreensão nos bastidores da UFSC por demora na nomeação de reitor](#)

[Conheça o site que reúne todas as obras de Machado de Assis](#)

[Conheça o site que reúne todas as obras de Machado de Assis](#)

[Estudante da Rede Municipal de Ensino é medalhista de ouro na Olimpíada de Matemática](#)

["Furos no Futuro": novo livro do psicanalista Edson de Sousa reúne ensaios sobre o desejo e a possibilidade de novos mundos](#)

[IFC-Brusque emite nota em resposta ao pronunciamento do vereador Ricardo Giancesini](#)

[Língua Brasileira de Sinais \(Libras\) pode ser reconhecida como Referência Cultural Brasileira](#)

[Pela primeira vez em 18 anos, diesel fica mais caro do que a gasolina](#)

[Pesquisa da Epagri visa reduzir emissão de gases do efeito estufa na pecuária catarinense](#)

[Pesquisa da Epagri visa reduzir emissão de gases do efeito estufa na pecuária catarinense](#)

[Quais os limites do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros?](#)

[Rede de Inovação de Florianópolis cresce com novo escritório no Norte da Ilha](#)

[Revisão do Plano Diretor passa por 4 pilares: veja o passo a passo](#)

[Sem território não há cultura](#)

[Senado pode institucionalizar compra de votos no Brasil, dizem especialistas](#)

[UFSC abre inscrições para transferências e retornos](#)

[UFSC é campeã de futebol masculino nos Jogos Universitários Catarinenses](#)